

Escola Candanga *no centro das* *discussões*

A continuidade de ações implantadas pelo governo Cristovam Buarque na área de educação só será definida após a posse do novo governador Joaquim Roriz e depois de uma avaliação, que será feita a partir de observações de professores e diretores de escolas. Um dos pontos mais polêmicos nessas discussões promete ser a Escola Candanga, programa que introduziu uma série de inovações pedagógicas como o fim das provas, promoção automática dos alunos e divisão dos estudantes em ciclos separados por faixa etária, no lugar das séries tradicionais. Segundo a ex-secretária de Educação no primeiro governo de Joaquim Roriz e integrante da comissão de transição na educação, Ana Maria Villaboim, poderão ser feitas grandes mudanças ou pequenos ajustes. "Depende da avaliação dos professores, que têm trabalhado na ponta desse processo", afirmou. Ana Maria alertou, entretanto, que a progressão automática pode ser uma faca de dois gumes, "porque facilita que se empurre o aluno para frente". (Pág. 7)

Escola Candanga no centro das discussões

Inovações pedagógicas serão avaliadas pela equipe do novo governo para se decidir sobre a continuidade do programa

Marina Oliveira
de Brasília
Especial para GZMDF



A continuidade das ações implantadas no governo Cristovam na área educacional dependerão de uma avaliação que será feita depois da posse do governo eleito. Professores e diretores de escolas serão ouvidos. O novo governo deverá orientar suas políticas para educação nas observações e opiniões colhidas nesse grupo. Um dos principais focos dessa avaliação será a Escola Candanga - programa que engloba uma série de inovações pedagógicas como o fim das provas, promoção automática dos alunos e a divisão dos estudantes em ciclos separados por faixa etária, no lugar das séries tradicionais.

"Poderemos fazer grandes mudanças ou pequenos ajustes dependendo da avaliação feita pelos professores que têm trabalhado na ponta desse processo", afirma Ana Maria Villaboim, última secretária de Educação do primeiro governo de Joaquim Roriz e uma das integrantes da comissão de transição na educação.

Um dos pontos mais polêmicos no projeto da Escola Candanga foi o fim das provas. O professor ao invés de dar notas, passou a fazer um acompanhamento permanente do aluno, descrevendo sua evolução em boletins periódicos para os pais.

Estabeleceram-se três fases ou ciclos. A primeira, em funcionamento na maior parte das escolas da Fundação Educacional, compreendia o antigo pré-escolar, primeira e segunda séries, com meninos de seis a oito anos. Na segunda, já adotada por metade dos colégios da rede, equivaleria a quarta, quinta e sexta séries, com estudantes de nove, 10 e 11 anos. A última etapa, implantada em 50% das es-

colas, abrangeria as séries finais do ensino fundamental, na faixa etária entre 12 e 14 anos.

Com isso, o ensino fundamental passaria de oito para nove anos, com a inclusão dos meninos de seis anos e todos os alunos seriam aprovados automaticamente para o segundo grau. Esse princípio pedagógico conhecido como progressão automática recebeu aprovação do Conselho de Educação do Distrito Federal, no início do governo Cristovam, antes de ser colocado em prática. Para alterar uma resolução como essa, o novo governo teria de elaborar uma resolução pedindo o fim do novo sistema e aprová-la no próprio conselho.

Segundo o secretário de Educação, Antônio Ibañez, o

projeto da Escola Candanga foi fruto de uma discussão longa da sociedade. "Existe um consenso nacional de que os ciclos são o melhor caminho para o ensino fundamental", acredita.

Alguns estados como São Paulo, por exemplo, adotaram o sistema de dividir as crianças por idade. Mas o projeto do Distrito Federal ultrapassa essa medida, recomendada, inclusive pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC) para orientar o ensino fundamental no País.

Em São Paulo, os estudantes continuam fazendo uma prova no final de cada ciclo, com turmas de recuperação e todo aparato utilizado na escola tradicional. O aluno não deixa de fazer uma

avaliação baseada em nota, ele apenas ganha um tempo maior - de um ano em uma série para dois ou três em um ciclo - para desenvolver as habilidades esperadas dele. Já no Distrito Federal aboliu-se as notas por completo.

Outras medidas acompanharam essa decisão. Os professores passaram a dar cinco horas de aula, no lugar de quatro. Eles também ficaram obrigados a dedicar três horas diárias para o planejamento coletivo das aulas. O objetivo seria conseguir uma educação mais global do aluno, onde todos os conteúdos abordados tivessem uma relação.

Antônio Ibañez apresenta

números para defender as melhorias representadas por esse projeto. Em 1994, de cada mil alunos que ingressavam na primeira série no DF, apenas 55 terminavam a oitava série. Em 1997, o número de concluintes pulou para 71. "Os alunos que terminavam o antigo primeiro grau no Distrito Federal tinham muita qualidade, mas era um ensino que excluía muita gente", diz. Em outras palavras, os alunos que por qualquer motivo não acompanhavam o ritmo esperado ficavam repetindo séries.

O que muitos especialistas argumentam é que eliminando as provas pode-se mascarar a ineficiência do sistema educacional. "A progressão automática constitui uma faca de dois gumes porque facilita que se empurre o aluno para frente", alerta Ana Maria Villaboim.

Júlio Jacobo, especialista da Unesco em ensino fundamental, diz que o princípio de acabar com as provas não é novo. Países como a Costa Rica chegaram a implantar esse sistema em 100% das escolas há dez anos. Depois de muita discussão resolveu-se voltar ao regime tradicional. "Os educadores descobriram que as competências básicas de lingüística e cálculo necessários para o ingresso na universidade tinham diminuído nos alunos que estudaram no esquema de promoção automática", conta.

Especialistas americanos chegaram a conclusão semelhante, no início da década de 90, em um levantamento realizado em alguns estados do país que tinham adotado esse sistema.

O próprio MEC tem reservas em relação à progressão auto-

mática. Embora não possa opinar nas decisões das redes estaduais e municipais, devido à autonomia didático-científica das escolas, o ministério defende algum tipo de avaliação tradicional, em algum ponto da educação fundamental.

Mas a discussão está longe do fim. Na Escola Classe 27 de Taguatinga, a comunidade escolar mostra-se entusiasmada com todas as novidades introduzidas pela Escola Candanga. Com dois anos de experiência na primeira fase e um ano de trabalho na segunda, a diretora Laura Lima classifica o novo modelo como "a realização de seu sonho de escola".

Segundo ela, o aluno recebe um tratamento individual, respeitando ritmos diferentes de aprendizagem. O planejamento das aulas ganha papel de destaque e existe um espaço maior para o tratamento de assuntos sociais.

A maior resistência, segundo a coordenadora da primeira fase no colégio, Wesdna Ferreira, vem dos professores. "Eles sentem dificuldade no início. Isso é compreensível. Não se discute que dar uma nota constitui tarefa mais fácil do que fazer um acompanhamento constante da evolução de um aluno", argumenta.

Todas dizem estar apreensivas com relação ao futuro da Escola Candanga. "Não sabemos o que acontecerá, mas acreditamos que a decisão final dependerá muito mais da escola do que de qualquer governo", resume Rejane Gomi-de, professora da segunda fase na escola. Ela resume a principal diferença entre os partidários da prova e os favoráveis à promoção automática: "estamos mais preocupados em formar cidadãos críticos e participativos".